

CAMPANHA

PLANO DIRETOR

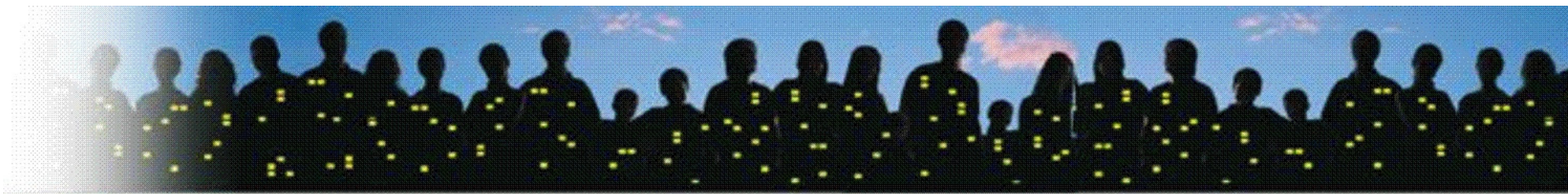
PARTICIPATIVO

CIDADE DE TODOS

Secretaria Nacional de
Programas Urbanos

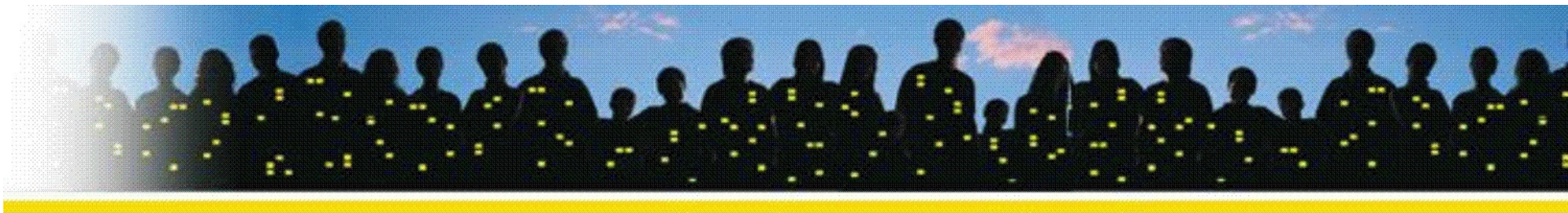
Ministério
das Cidades





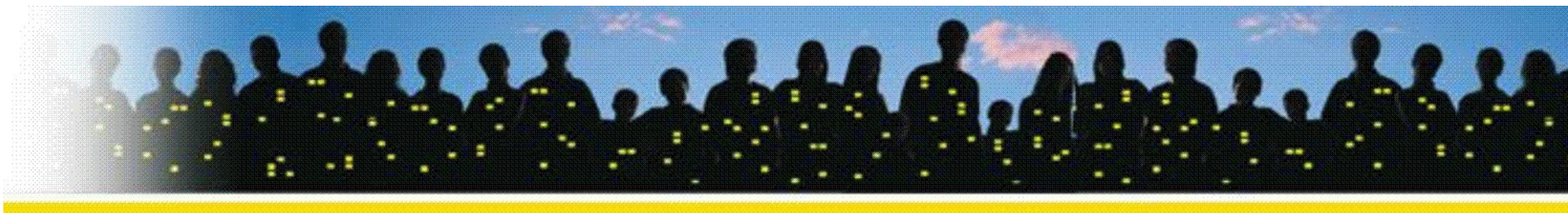
Observações Iniciais

- A Campanha foi iniciativa do Ministério e do Conselho das Cidades para “fazer pegar” uma lei federal – o Estatuto da Cidade (a lei da reforma urbana) mas cuja implementação cabe aos municípios. O governo federal não tem instrumentos para induzir esta ação.
- Neste aspecto tem uma semelhança com o Plano de Saneamento que é determinação de uma lei federal (11445/07) que só será concretizada (assegurar universalização com qualidade, equidade e sustentabilidade) se houver uma ação cooperada dos vários setores e níveis de governo, o compromisso dos titulares dos serviços e o controle social na gestão dos serviços.



Observações Iniciais

- Diferente do Plano de Saneamento não se trata da elaboração de um plano nacional mas de uma mobilização para disseminar a lei do Estatuto e orientar e estimular a elaboração de planos municipais. Portanto tem mais a ver com uma ação de difusão da Lei 11445 ou para estimular a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento em sintonia com a lei.

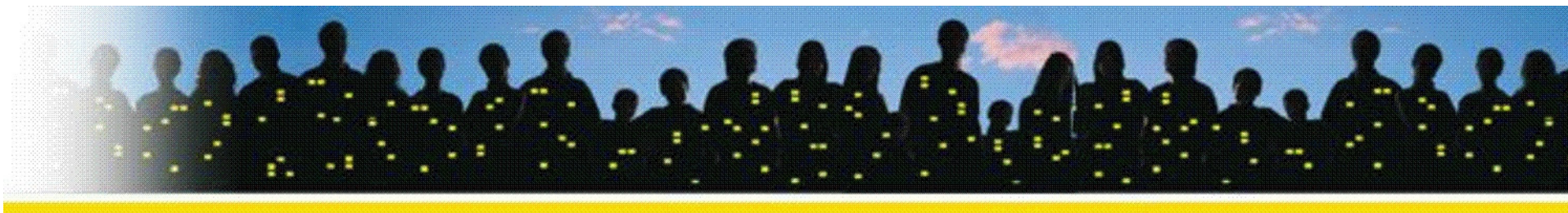


CONSTITUIÇÃO FEDERAL (art.182) **ESTATUTO DA CIDADE – Lei 10257/01**

A **Política de Desenvolvimento Urbano** executada pelo **poder público municipal** tem por objetivo *ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e garantir o bem estar dos seus habitantes.*

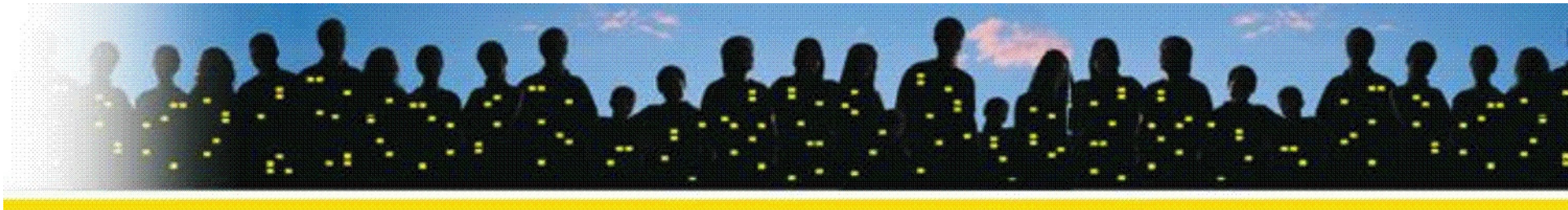
O **Plano Diretor** é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

É obrigatório para municípios com mais de 20.000 habitantes ou situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas 1683 municípios



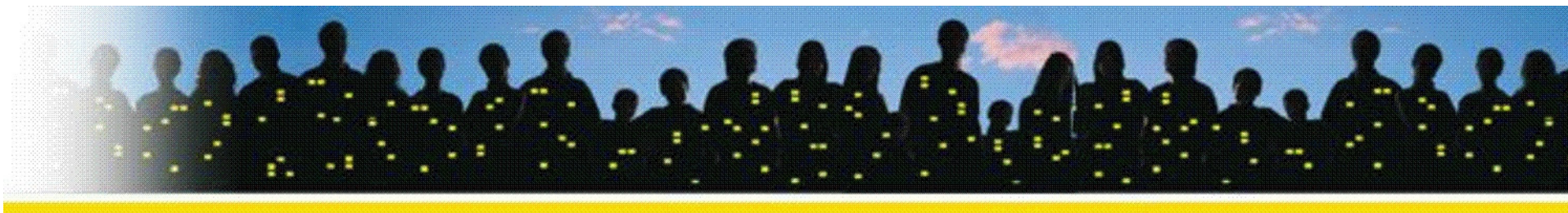
DESAFIOS para o MCidades em 2003

- Como **transformar a obrigatoriedade em oportunidade** de construir cidades mais justas, democráticas, com melhor qualidade de vida para todos?
- Como **chegar a cada município respeitando a sua diversidade** e a competência, de ordenamento do seu território, delegada pela Constituição?
- Como **fazer chegar o conhecimento do Estatuto** aos gestores, técnicos e sociedade civil para que pudessem ser compreendidos e utilizados
- Como tornar **os processos de elaboração dos planos em arenas democráticas** que possibilitem a negociação e pactuação de projetos de cidade e desenvolvimento urbano?



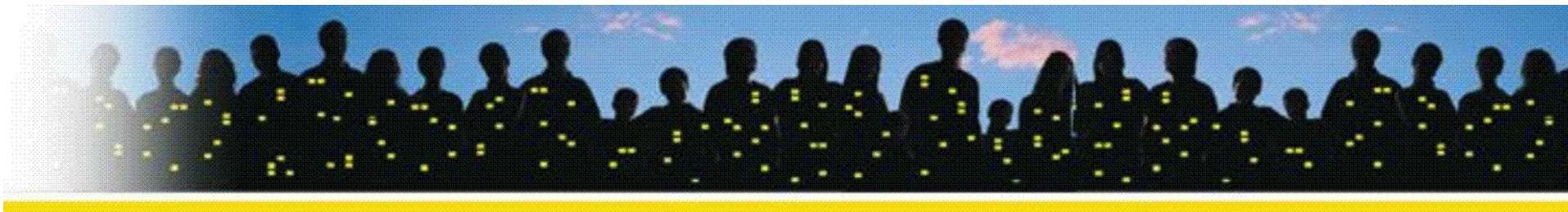
OBSTÁCULOS

- **Desconhecimento do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade** e seus instrumentos (caráter complexo, polêmico e inovador que tratam de matérias tributárias, urbanísticas, políticas e jurídicas para implantar a reforma urbana)
- **Fragilidade das equipes técnicas**; a falta de informações sobre a realidade local; **falta de prática de planejamento e gestão territorial**, muito menos participativos.
- **Descrença generalizada nos efeitos do planejamento**, pela tradicional desconexão entre os planos e a prática cotidiana das prefeituras.
- **Prática de planos copiados ou** vendidos a prefeitos desinformados ou coniventes



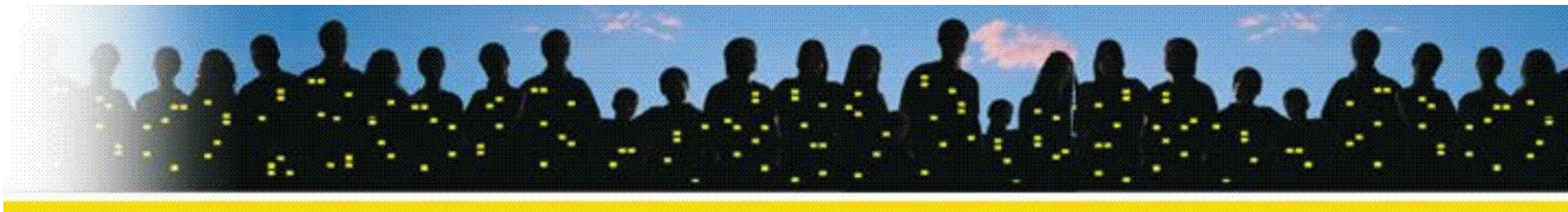
Estratégia 1: APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

- *Ação no OGU de Apoio aos Municípios p/ Implementação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade e à Elaboração de Planos Diretores* - 550 municípios – 60 milhões
- Concurso público para formação da equipe do MCidades e da SNPU
- Bolsas CNPq para equipes de universidades, para assistência técnica aos municípios.
- Cadastro Técnico de Profissionais
- Banco de Experiências



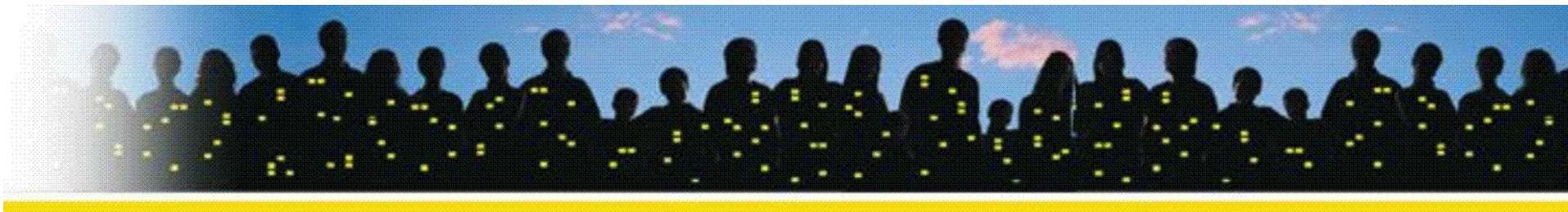
Estratégia 2: DISSEMINAR A NOVA CONCEPÇÃO de PLANO DIRETOR

- Campanha “Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos (Kit + atividades de sensibilização e capacitação)
- Rede do Plano Diretor, mais de 20 mil e-mails
- página :
www.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo

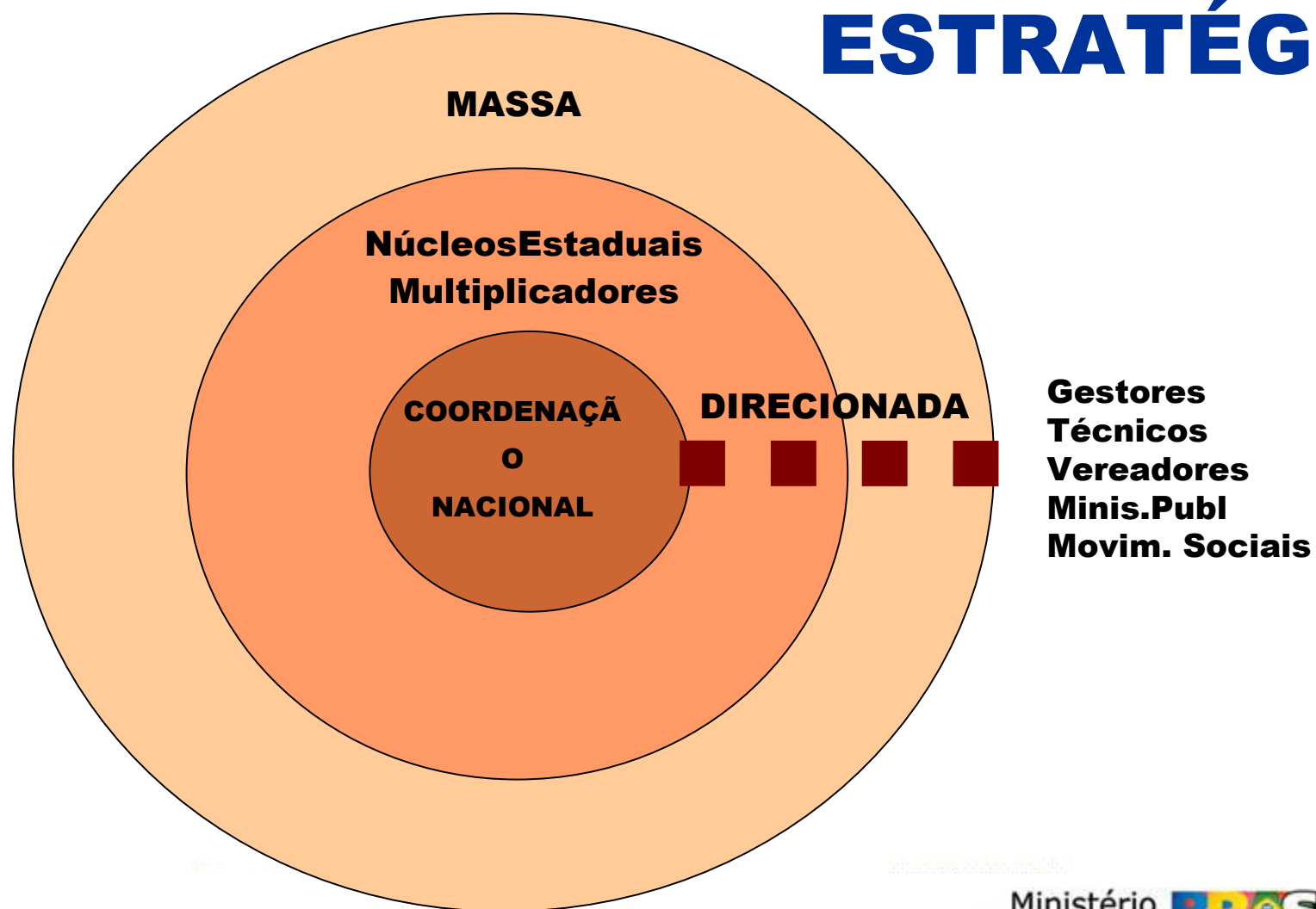


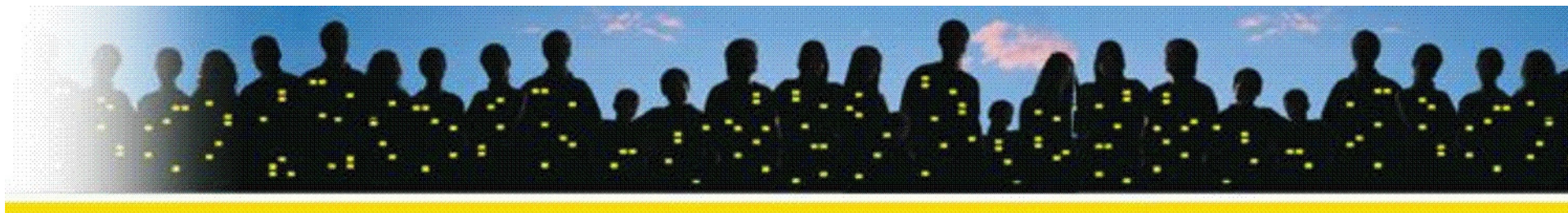
CAMPANHA PDP

- Resolução nº 15/2004 do Conselho das Cidades
- Coordenação Nacional composta pelo MCidades e por entidades do ConCidades de todos os segmentos;
- Criados Núcleos Estaduais em 25 Estados e no DF com adesões voluntárias de entidades;
- Dirigida aos municípios com obrigação de elaborar o Plano até 2006



ESTRATÉGIA

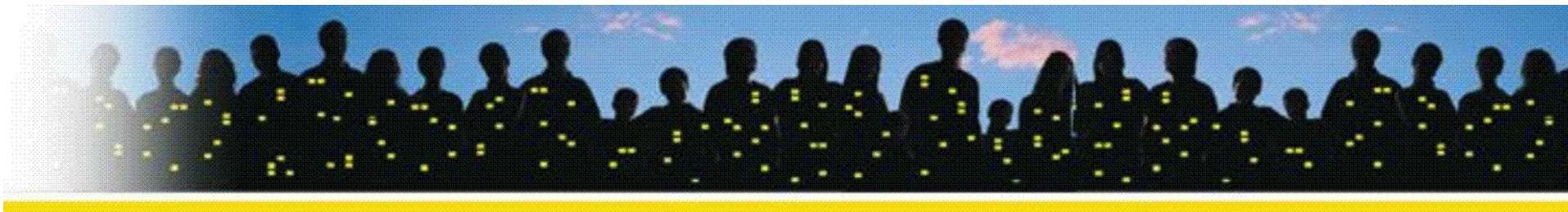




EIXOS

- **Inclusão Territorial:** assegurar aos pobres o acesso à terra urbanizada e bem localizada e a posse segura e inequívoca da moradia das áreas ocupadas;
- **Gestão Democrática :** instrumentos que assegurem a participação efetiva de quem vive e constrói a cidade nas decisões e na implementação do Plano;
- **Distribuição mais justa dos custos e benefícios** do desenvolvimento urbano;

PD não é panacéia mas um um momento do processo de planejamento e deve conter os instrumentos para sua implementação e gestão. Não é apenas técnico, é um processo informativo e participativo, formador de cidadãos



CAMPANHA PDP - Estratégias

- **Comunicação** – materiais de comunicação em diversas mídias e em linguagem acessível
- **Mobilização** – articulação dos atores em Núcleos Estaduais
- **Capacitação** – cursos e oficinas realizados de forma descentralizada, pelos Núcleos
- **Monitoramento e registro** – banco de experiências e duas pesquisas nacionais sobre os Planos Diretores



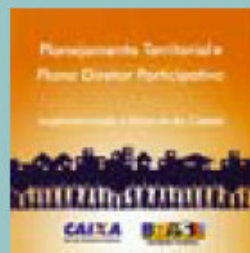
1



2



3



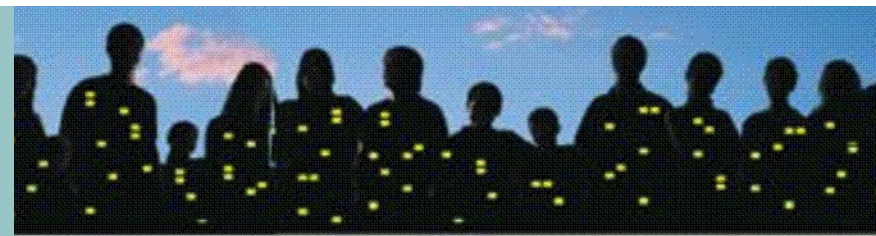
4



5



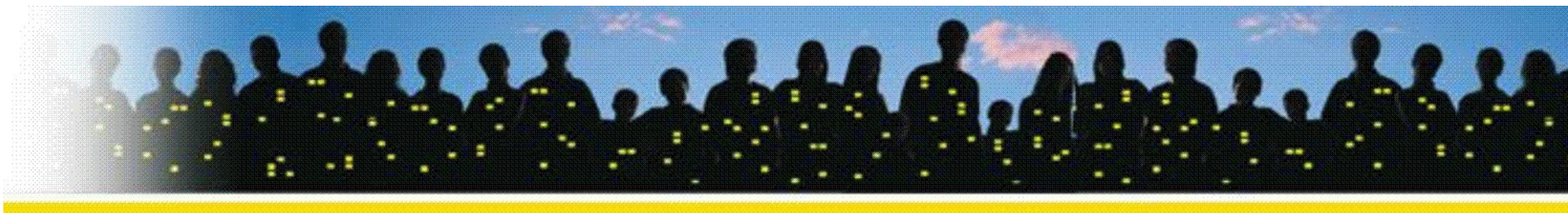
6



KIT (2)

1. Cartaz,
3. DVD de 15'
4. CD do Curso "Planejamento Territorial e Plano Diretor Participativo"
5. Livro "Plano Diretor Participativo: Guia para Elaboração pelos Municípios e Cidadãos"
6. Folheto (10 mandamentos)
7. Reedição do Guia do Estatuto da Cidade
8. Spots de rádio e TV

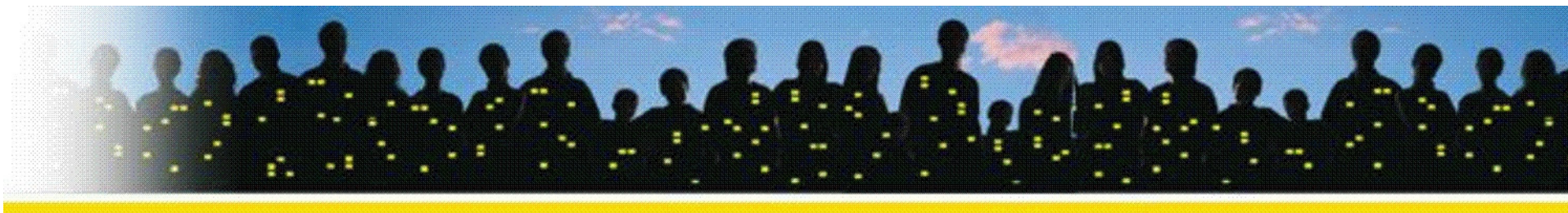
Ministério das Cidades



CAMPANHA PDP - operacionalização

- Convênio FUBRA (Fundação Universitária de Brasília) – oficinas, material e monitoramento 2005 e 1º semestre 2006
- Contrato APLAUSO – oficinas 2º semestre 2006
- Contrato GRÁFICA – material 2º semestre 2006
- Contrato INFORME – andamento PDP's - junho e novembro 2006
- Convênio CONFEA – monitoramento PDPs - outubro 2006 a janeiro 2007

Custo total: R\$ 5,6 milhões



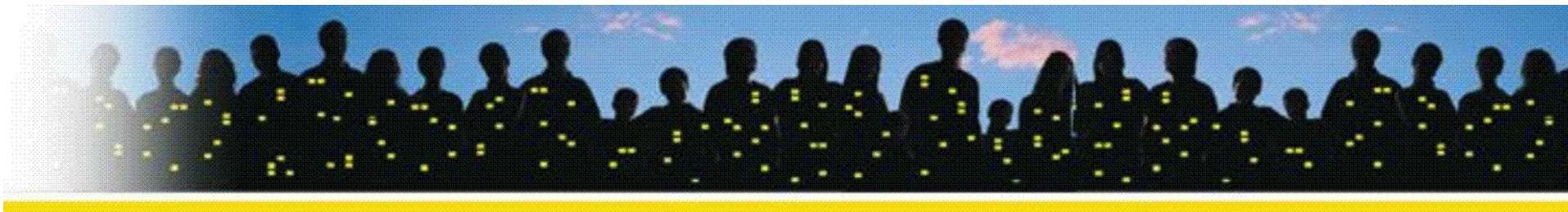
REALIZAÇÕES DA CAMPANHA

Oficinas de Multiplicadores:

- 45 Oficinas de Multiplicadores conduzidas pelo MCidades em todas as regiões do país
- formados 2.950 multiplicadores

Oficinas dos Núcleos Estaduais:

- 388 atividades conduzidas por 23 Núcleos Estaduais
- sensibilizadas/capacitadas mais de 21.300 pessoas de cerca de 1.350 municípios



RESULTADOS DA CAMPANHA

Total Brasil	Planos aprovados ou em aprovação		Planos em Elaboração ou Revisão		Sem PD ou Lei anterior a 1996 sem revisão		Total dos Municípios que responderam à pesquisa (85% obrigatórios)	
	908	62,9%	427	29,6%	107	7,5%	1442	100%

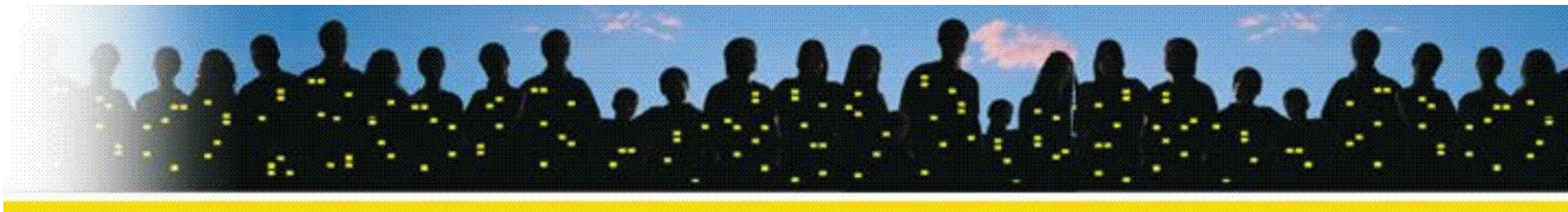
Total Brasil	Municípios que tomaram iniciativa de elaborar/ revisar os Planos Diretores		Municípios que não tomaram iniciativa		Total de municípios pesquisados (respostas válidas)	
	1335	92,5%	107	7,5%	1442	100%

Fonte: MCidades/Confea, agosto 2007.

Secretaria Nacional de
Programas Urbanos

Ministério
das Cidades

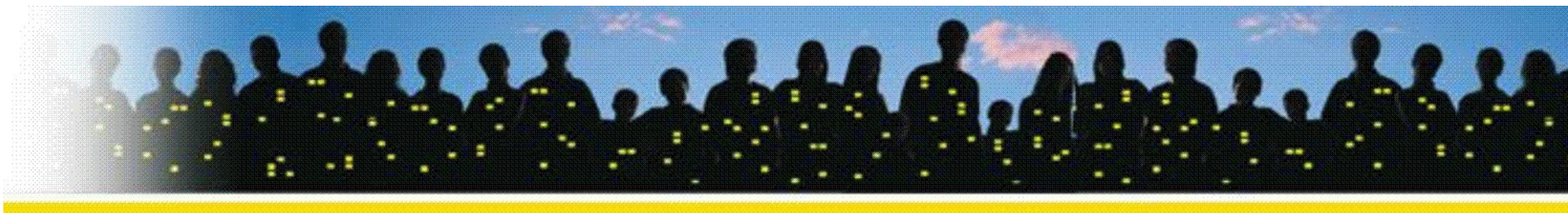




RESULTADOS DA CAMPANHA POR REGIÃO

Região	Municípios que tomaram iniciativa de elaborar/ revisar os Planos Diretores		Municípios que não tomaram iniciativa		Total de municípios pesquisados	
Norte	109	94%	7	6%	116	9%
Nordeste	452	90,3%	48	9,6%	500	35%
Centro-Oeste	81	90%	9	10%	90	6%
Sudeste	411	95,3%	20	4,6%	431	29%
Sul	282	92,5%	23	7,5%	305	21%
Total Brasil	1335	92,5%	107	7,5%	1442	100%

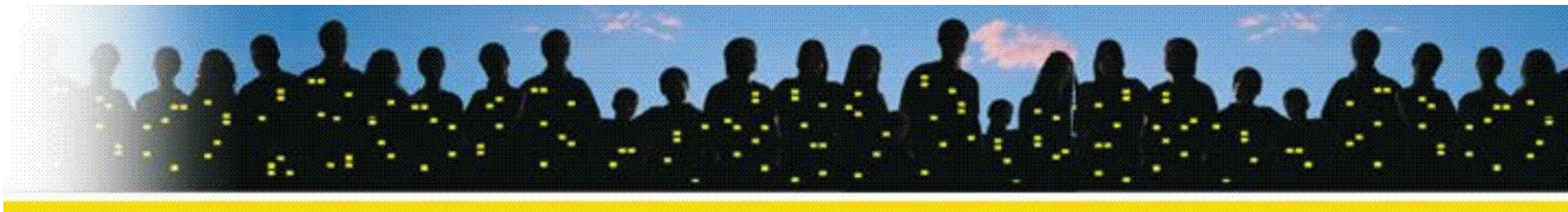
Fonte: MCidades/Confea, agosto 2007.



RESULTADOS DA CAMPANHA

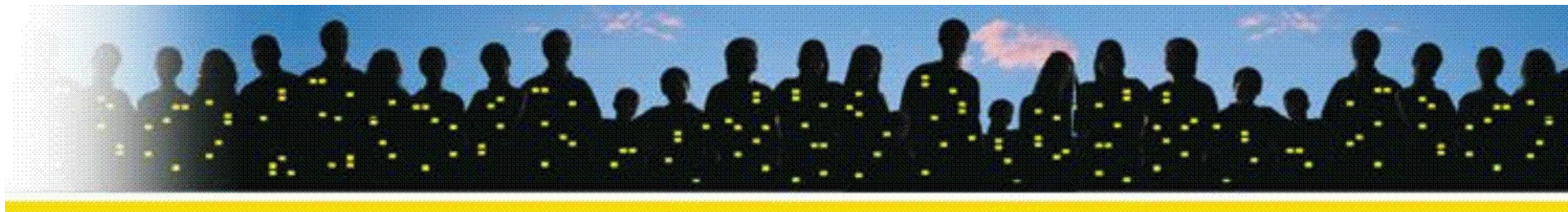
Eventos realizados pelos municípios na divulgação dos PDP's	Nº de eventos (Brasil)	média por município
Audiências Públicas	6.565	4
Capacitações	5.218	3
Conferências	2.130	1
Consultas Públicas	15.129	10
Debates Públicos	6.254	4
Plenárias	4.541	3
Sensibilizações	10.017	6
Outros	491	0

Fonte: MCidades/Confea, agosto 2007.



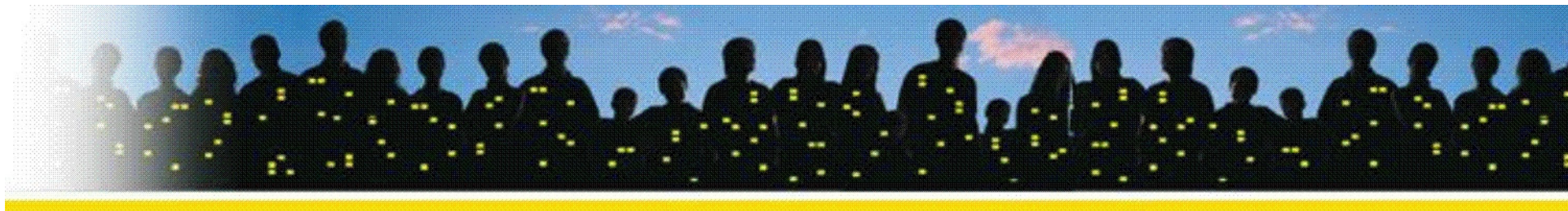
CAMPANHA PDP - dificuldades

- Coordenar atividades simultâneas e descentralizadas
- Garantir o conteúdo das capacitações
- Garantir a pluralidade de entidades nos núcleos
- Encontrar formas de operacionalização adequadas à execução descentralizada, via Núcleos



AVALIAÇÃO

- Resultados quantitativos e de mobilização são surpreendentes: todos os municípios foram alcançados: mais de 24 mil pessoas sensibilizadas, apenas 7,5% dos municípios obrigatórios não iniciaram seu PD;
- O que é mais relevante de todo o processo é que deixou de ser uma ação federal e se tornou uma ação nacional, multifacetada por uma rede de atores os mais variados, em centenas de municípios;



AVALIAÇÃO

- Resultados qualitativos relativos ao conteúdo (eixos) e aplicabilidade dos planos começam a ser levantados;
- Resultados concretos na transformação das cidades: é prematuro mas de muito difícil de ser avaliado
- Principalmente não se pode superestimar a importância das leis e dos planos e subestimar as contradições sociais que despolitizam e não preparam para o enfrentamento das forças contrárias a processos de mudança e que se organizam muito além da escala local e que se beneficiam e alimentam o padrão atual de desigualdade e insustentabilidade das nossas cidades.